

Dinda Externa Santana denuncia imposição de bancos

JORNAL DO BRASIL

22 JAN 1987

Brasília — O ex-ministro da Saúde, Carlos Santana, denunciou ontem (mesmo dia em que o Brasil fechou acordo de renegociação de sua dívida junto ao Clube de Paris e 24 horas depois de o governo anunciar seu programa de planejamento familiar) que os bancos internacionais exigem o estabelecimento de plano de controle da natalidade em suas operações com países do Terceiro Mundo. Santana (PMDB-BA), que deixou seu posto no governo Sarney na reforma ministerial de fevereiro do ano passado, disse ter feito essa constatação ao analisar relatórios do Banco Mundial (Bird).

Presidente da Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados, Carlos Santana enviou telex ao chefe do Gabinete Civil da Presidência, Marco Maciel, solicitando a participação de representantes das Comissões de Saúde do Senado e da

Câmara no Grupo Interministerial recém-criado pelo governo para estudar o impacto do crescimento demográfico nos programas sociais do governo. Se isso não for possível, pede que qualquer decisão seja submetida ao Congresso Nacional antes de sua execução.

— Um assunto de tão grande repercussão não pode ser discutido apenas no âmbito do Executivo. Tem que passar necessariamente pelo Congresso e deve ter participação ampla da sociedade — disse o ex-ministro.

Carlos Santana é contra o controle da natalidade e se diz totalmente afinado com a política do Ministério da Saúde, que consiste na implantação do planejamento familiar no país, ou seja, uma combinação entre informação da população sobre os métodos contraceptivos e a autodeterminação de mulheres e casais a

respeito do número de filhos que devem ter.

— É no mínimo digno de ser analisado o fato de o planejamento familiar estar sendo discutido no momento em que atravessamos uma crise econômica — questionou Santana.

O ex-ministro taxou de precipitada a decisão do Ministério da Previdência Social de anunciar a distribuição do contraceptivo DIU à população antes de registrar uma posição oficial do Ministério da Saúde. Para ele, esse contraceptivo oferece grandes riscos à saúde da mulher para que seja liberado indiscriminadamente por toda a rede de atendimento público. Diz ainda que decisões do porte da adotada pelo governo só podem acontecer depois de amplo debate nas esferas técnica, política e científica do país.